INIMPUTABILIDADE MENORIDADE PENAL

Jonathan Mayer Araújo Barboza

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: mayerbarboza@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as ações do Estado meio aos jovens que muitas das vezes são acusados por crimes hediondos diante a sociedade burguesa e as elites, a punição aplicada aos tais jovens está sendo discutida nos setores competentes, referenciando que a penalidade está inadequada ao crime cometido. O trabalho foi embasado em levantamento bibliográfico, foram efetuadas leituras de legislações, doutrinas e pesquisas online. Os dados foram examinados com a aplicação do método hipotético dedutivo, isto é, as informações coletadas, foram analisadas partindo do geral para o particular.

Palavra-Chave: Educação, Saúde, Profissionalização, Inimputabilidade

INIMPUTABILITY PENAL MINORITY

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the actions of the State to young people who are often accused of heinous crimes against bourgeois society and elites, the punishment applied to such young people is being discussed in the relevant sectors referring that the penalty is inadequate to the crime committed. The work was based on a bibliographical survey, readings of legislation, doctrines and online surveys. The data were examined using the hypothetical deductive method, that is, the information collected, were analyzed from the general to the particular.

Keywords: Education, Health, Professionalism, Inimputability

INTRODUÇÃO

De acordo com Guilherme de Souza Nucci (2014), a imputabilidade pode ser conceituada como: “conjunto das condições pessoais, envolvendo inteligência e vontade, que permite ao agente ter entendimento do caráter ilícito do fato, comportando-se de acordo com esse conhecimento”.

Muitos afirmam que o jovem acima de 16 anos já tem a consciência da ilicitude do fato, discernimento e sanidade mental, contudo, o dado importante vinculado pelos principais veículos de informação do país atesta que menos um por cento dos homicídios no Brasil são cometidos por adolescentes.

Não obstante, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) prevê providências socioeducativas contra o infrator: advertência, liberdade assistida, semiliberdade, entre outras. Até mesmo a intenção é possível (intenção justifica prisão). A lei concebe a privação de liberdade do menor, quando se apresenta absolutamente necessária colocando em tratamento especializado para sua recuperação, aplicando aos meios necessários por ter cometido uma conduta típica extrema.

No presente debate, ainda deve ser levado em consideração que uma adequada interpretação do rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal leva a inequívoca conclusão de que a maioria penal aos dezoito anos constitui clausula pétrea. Portanto não sujeito sequer uma mudança por Emenda Constitucional.

No mais, qual seria a vantagem de um adolescente menor de dezoito anos em uma faculdade de crime?(cárcere) Quais seriam as suas atitudes? Um jovem de dezesseis anos que for coagido por um chefe de tráfico, o jovem iria confronta-lo ou cessaria para proteger sua vida?

EDUCAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, obtendo de maior poder, tem seus princípios estabelecidos à responsabilidade dos jovens, como presente em seu art. 227 da Constituição do Brasil

“É dever da família”, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de violência, crueldade e opressão (EC nº65/2010).

A Educação das crianças, adolescentes e jovens vem sendo precária em vários lugares do Brasil e principalmente nas favelas.

O pedido de educação aos jovens

Daniel Gomes, Morador do Morro do Alemão:

“Para estudantes, os moradores do Alemão não suportam mais se relacionar com forças e repressão. O que queremos é nos relacionar com professores de um CIEP (Centro Integrados de Educação Pública) com médicos de hospitais público bem estruturados, com mestres de artes marciais, com técnicos de escolinha de futebol, com maestros de orquestras sinfônicas, enfim, com resto do Estado que a maioria de nós nunca teve acessos”

AUTORA: SELMA SCHMIDT 11/10/2015-06h00/ *“RIO - Natacha da Conceição Antunes, de 23 anos, assina com o polegar. E, quando precisa, são vizinhos da Favela do Metrô, no Complexo da Mangueira, que a ajudam, e leem para ela. O filho Cauã, de 6 anos, foi registrado. Mas, como ela não tem documentos, não consegue receber o auxílio do programa Bolsa Família. Natacha faz parte de um universo de 5,3% de jovens, de 14 a 24 anos, de sete favelas do Rio, que nunca frequentaram uma escola. A segunda edição da pesquisa “Agentes da transformação — Perfil da juventude das áreas pacificadas”, feita pelo Instituto Pereira Passos (IPP), da prefeitura, em*

parceria com o Instituto Tim, revela que na Mangueira e no Morro São João, no Engenho Novo, a situação é mais grave: 11,3% e 9,3% dos entrevistados, respectivamente, nunca foram à escola.”

Portanto, pesquisas identificam que 731 mil crianças ainda estão fora da escola (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (et. al., na mídia).

SAÚDE

Carolina Maria de Jesus: Diário da favela do Canindé (São Paulo)

Data de publicação 19/05/1958

“As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade, tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”

Identifica-se que nas favelas contem esgotos a céu aberto, aonde as crianças brincam sem preocupações com as doenças, vírus, bactérias e os riscos que correm, visto ser o local de maior influências de doenças como; diarreia, pneumonia, bactérias, fungos. Visto que em todos os lugares pode ocorrer o mesmo risco, mas a favela é o centro de toda a poluição, pois a classe média, todos os anos ocorre dedetizações em suas casas, enquanto os moradores se alimentam de pobreza e condições alimentar.

As favelas hoje são as maiores causas de morte entre crianças, além disso, os moradores da favela são uma população mais jovem, contribuindo a maior incidência de doenças em geral, e em especial as sexualmente transmissível. O índice de AIDS é superior. Visto a desigualdade baseada em pobreza e saúde são frequências no cenário urbano, as pesquisas sobre o sistema de saúde tem ultimamente focado nas diferenças intrurbanas.

Revista Caderno de Saude: “destaca os estudos na desigualdade de acesso a saúde no Rio de Janeiro, o índice de saúde urbana (ISU) para todos os bairros da cidade entre 2002 e 2010 o índice incorpora oito indicador usando dados de mortalidade; Diabete, doenças do coração, tuberculose, HIV, homicídios e mortalidades infantil”

A desigualdade de acesso a saúde da população de classe baixa, permanece distribuído desigualmente, verifica-se que os indivíduos que passam suas vidas em favelas, esquecidas pelo Estado, sem condições financeiras, sem acesso a seus direitos, sem ajuda do governo, tem uma desvantagem nutricional, há famílias que vivem sem rendas e só com colheita de reciclagem para sustentar uma família de cinco pessoas.

As taxas de alimentos maternos são baixas nas favelas um exemplo, as crianças começam a vida sem nutrientes necessários para seus desenvolvimentos tanto físico como mental, hoje a sociedade burguesa, os capitalista, identificam facilmente um morador da favela, evitando a disponibilidade de emprego, julga-se um morador como um bandido, muitas das vezes um jovem favelado desvia seus pensamentos, objetivos e sonhos, pela própria falha da sociedade burguesa e pelo esquecimento do Estado aos méis de recursos que poderiam proporcionar.

PROFISSIONALISMO

Jornal do Brasil 14/10/2016 às 00h41

“As comunidades do Rio de Janeiro: se dedique a gerar empregos e oportunidades para o nossos jovens. As comunidades estão abandonadas, não existem investimentos nas comunidades. Quanta gente desempregadas, necessitando mais do que uma oportunidade, precisando ter o que comer. E

oque faz com todos esses jovens? Como combater a violência sem inclusão destes no mercado de trabalho”

Visto a falta de escolaridade que também é um fator típico nas favelas e nas classes baixa que são os mais envolvidos na criminalidade, os jovens sofrem por falta de profissionalização e oportunidades para seu crescimento e responsabilidades.

*Adriana Garcia, Elizabeth Branco e Maria
crespo
Aqui estamos nos jovens!
Em meio há tantas possibilidades...
Em meio há tantas diversidades...
Em meio há tantas modernidades...
Aqui estamos nos jovens!
Buscando oportunidades...
Enfrentando desigualdades...
Criando e recriando-nos para além das
novidades...
Aqui estamos nos jovens”
Lutando para sobreviver a violência...
Dedicando-se para aprender, crescer e
escrever...
Empenhando-se em conquistar o nosso espaço
na comunidade, no trabalho ou no lar...
Jovens aqui estamos nós
Na construção de um presente e futuro
melhor...
Para aqueles que não virão depois de nós.*

IMPUTABILIDADE PENAL DO JOVEM INFRATOR

Imputação penal é a responsabilização de forma correta e precisa ao agente infrator, depois de tomar todos procedimentos para chegar a verdade dos fatos e para que sejam comprovado que o infrator teve autoria de tal ato.

São intimados jovens que cometem atos como homicídio, tráfico de drogas ou são reincidentes em crimes violentos. Atos menos graves podem ser convertidos em advertência, reparação de danos e prestação de serviços a comunidade.

Em até 45 dias, o adolescente é julgado em uma vara da infância e juventude, comprovada a autoria do ato, o jovem sofre medidas socioeducativas (privação de liberdade, semiliberdade ou liberdade assistida)

A internação pode durar no Máximo três anos e não tem um prazo mínimo predeterminado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que os jovens recebem escolarização e profissionalização durante a internação, mas um relatório de 2013 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aponta que nem todas as unidades de internação oferecem condições adequadas para isso, sendo que, o jovem interno é revalidado a cada seis meses por uma equipe multidisciplinar, geralmente formada por psicólogos, assistente social e educador social, que define um plano individual de atendimento (PIA) e determina se o jovem tem ou não condições de voltar à sociedade.

CONCLUSÃO

Verifica-se que, muito dos autos apresentados tem sido já de imediato falha do próprio estado diante de todos os jovens de comunidades carentes, as dificuldades de acessos prejudica o próprio desenvolvimento, tanto mental como saúde, educação e profissionalismo. De acordo com:

A capacidade de entender o caráter ilícito do fato é de determinar-se de acordo com esse entendimento. O agente deve ter condições físicas, psicológicas, morais e mentais de saber que está realizando um ilícito penal. Mas não é só. Além dessa capacidade plena de entendimento, deve ter totais condições de controle sobre sua vontade. (CAPEZ.F,P.331,2011)

Entende-se que, os jovens das atuais comunidades carentes já nascem com conhecimento quanto a violência e analfabetismo presente em seu contexto cultural. Entende-se que, a falta de acessos a educação e outros princípios de extrema importância para desenvolvimentos, tem sido inexistente devido aos conflitos primordiais.

E segundo Estados/Municípios, eles podem ser caracterizadas como “favelas”, no Rio de Janeiro; “periferias”, em São Paulo; “vilas”, no Rio Grande do Sul, etc. Elas chamam a atenção, mas não pela sua demissão populacional ou forma organizacional, mas por serem lugares classificados como “origem” da violência. É como se toda a violência existente nas cidades tivesse como responsável aqueles espaços, e não a forma desigual de acesso à renda e aos direitos sociais, tais como educação, saúde, trabalho, cultura, etc. Levando a sínteses de que existem duas cidades numa mesma, ou que as cidades são partidas.(SANTOS.R.S,P.82,2018)

Conclui-se que, além do grande percentual de violência nas atuais comunidades carentes as falhas dos deveres constitucionais absoluto em específico aos jovens, os afetam de maneira considerativa em seu desenvolvimento crítico social. De maneira que os jovens apresentam dificuldades em se adaptar ao conjunto de normas previstas pelo Estado, por serem noções distante do que lhes é passado em seu dia a dia, sendo assim muitos deles optam por atitudes as quais estão acostumados a vivenciar, sendo a violência, grave ameaça, coerção e entre outras condutas ilícitas explicitadas as leis regulamentadoras.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, KAROLINE – A saúde de quem vive nas tabelas. Publicado em 01 de Dezembro de 2017. Link: <https://saude.abril.com.br/medicina/a-saude-de-quem-vive-em-favelas/>. Acesso em 19 de Maio de 2018 às 10:15.

CAPEZ, FERNANDO- Curso de Direito Penal, volume 1, parte geral: (arte.1ª a 120) - 15 Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTRO, G, MARY; ABRAMOVAY, MIRIAM- Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violência. Cad. Pesquisa. N°116. São Paulo, Julho de 2002. Link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007. Acesso em 19 de Maio de 2018 às 10:40.

COUTINHO, DAVISON- Rocinha: cultura na favela não é prioridade para os governantes. Público em 11 de Março de 2014- Jornal Brasil. Link: <http://m.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2014/03/11/rocinha-cultura-na-favela-nao-e-prioridade-para-os-governantes/>. Acesso em 17 de Maio de 2018 às 23:15.

JUNQUEIRA,G ; VANZOLINI, P – Manual de Direito Penal (Parte Geral) . 10 edição – Editora Saraiva. São Paulo. 2014.

NUCCI, S, GUILHERME- Manual de Direito Penal. 10 edição. Revista, atualizada e ampliada. Editora Forense.

POR G1 – Brasil possui 2,5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, diz estudo. Publicado em 05 de Abril de 2017. Link: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-possui-quase-25-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola-diz-estudo.ghtml> . Acesso em 18 de Maio de 2018 às 23:25.

SANTOS.R.S - Artigo: "OS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS DA MAIOR FAVELA CARIOCA, A MARÉ". Revista de Psicologia, Fortaleza, v.9 n1, p. 81-96. 2018.

SCHIMIDT, SELMA – Jovens de sete favelas nunca foram a escola – Publicado em 11 de Outubro de 2015. Link : <https://oglobo.globo.com/rio/jovens-de-sete-favelas-nunca-foram-escola-17748595#ixzz5G3pkVbwe> . Acesso em 18 de Maio de 2018 as 22:50.